

O TRABALHO ADICIONAL COMO EXCEÇÃO AO ACESSO À INFORMAÇÃO E SEU TRATAMENTO PELA CGU: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRAGMATISMO JURÍDICO

 rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/136

RDai
Journal of Public Law and Infrastructure

REVISTA DE
**DIREITO
ADMINISTRATIVO E
INFRAESTRUTURA**
AUGUSTO NEVES DAL POZZO
RICARDO MARCONDES MARTINS

ISSN: 2526-8120

- Vinícius Alves Portela Martins Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0002-4547-5953>
- Camila Sanson Universidade de Barcelona (Barcelona, Cataluña, España)

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/07.vapm>

Palavras-chave: Pragmatismo jurídico, Trabalho Adicional, Controladoria-Geral da União, Lei de Acesso à Informação

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estudar a forma como vem sendo interpretado e aplicado o dispositivo relativo à análise do trabalho adicional disposto no artigo 13, III, do Decreto 7.724/2012 de acordo com a jurisprudência administrativa da Controladoria Geral da União (CGU), analisando-a à luz do pragmatismo jurídico. Para isso, serão descritas noções elementares de pragmatismo jurídico, na primeira parte; depois, serão brevemente revisadas as regulamentações relacionadas à regra de acesso à informação; e, finalmente, serão analisados os posicionamentos da CGU que tratam especificamente de como a instituição vem interpretando e aplicando essa questão referente ao trabalho adicional, relacionando se essa forma de ação está alinhada com os elementos fundadores do pragmatismo legal. Sobre esse ponto específico, também será verificado se a implementação está em consonância com o “princípio” do pragmatismo legal que, como será demonstrado, objetiva enfatizar a questão objetiva e empírica na aplicação do direito (buscar, ao mesmo tempo, a implementação de outros princípios de disposições constitucionais e legais relacionados com a lei de o acesso à informação). No final, é tecida uma breve conclusão sobre os avanços, limitações e possíveis inovações no modo de considerar o trabalho adicional.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Vinícius Alves Portela Martins, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, Brasil)

Mestre pelo Instituto de Economia da UFRJ (PPED). Pós-Graduado em Direito Tributário pela UCAM. Pós-Graduado em Economia da Regulação pela UFRJ/IE. Pós-Graduado em Administração (gestão estratégica) pela UCAM. veportela@yahoo.com.br

Camila Sanson, Universidade de Barcelona (Barcelona, Cataluña, España)

Mestre em Economia, Regulação e Concorrência dos Serviços Públicos pela Universidade de Barcelona. Especialista em Direito Público com ênfase em Magistério Superior pela UNISUL. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. camilasanson@gmail.com

Referências

ARAÚJO, Tatiana Fortunato; MELLO, Maria Thereza Leopardi. Avaliação da Lei de acesso à informação brasileira: uma abordagem metodológica interdisciplinar. *Revista de Estudos Empíricos em Direito, Brazilian Journal of Empirical Legal Studies*, vol. 3, n. 2, p. 113-134, jul. São Paulo. 2016.

ATOJI, Marina Lemini. O decreto da Lei de Acesso: as falhas e os pontos positivos. 2012. Disponível em: [www.informacaopublica.org.br/node/2310]. Acesso em: 10.07.2016.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Trad. De Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998a.

BARCELLOS, Ana Paula de. Acesso à informação; os princípios da Lei 12.527/2011 (LGL20114603). *Revista Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 08, n. 03, p. 1757, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Trad. de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto. Trad. de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998b.

BRANDO, Marcelo Santini. A crítica da vertente econômica à teoria de justiça de John Rawls. *Revista de Direito da procuradoria Geral do RJ*, Rio de Janeiro, vol. 66, p. 175, 2011.

DEVISATE, Rogério. Lei de acesso à informação: análise sistêmica. Disponível em: [www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=15356] Acesso em: 12.07.2016.

FERNANDES, Claudio Roberto; SILVA, Ezequiel José da et al. Transparência e publicidade na Administração Pública. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3384, 6 out. 2012. Disponível em: [<https://jus.com.br/artigos/22743>]. Acesso em: 12.07.2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Raio X da Transparência Passiva. Disponível em: [\[http://dapp.fgv.br/raio-x-da-transparencia-passiva/\]](http://dapp.fgv.br/raio-x-da-transparencia-passiva/). Acesso em: 12.07.2016.

GONET BRANCO, Paulo Gustavo; MENDES, Gilmar. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

HAGE, Jorge. A lei de acesso à informação pegou. Disponível em: [\[www1.folha.oul.com.br/fsp/opiniaio/64242-a-lei-de-acesso-a-informacao-pegou.shtml\]](http://www1.folha.oul.com.br/fsp/opiniaio/64242-a-lei-de-acesso-a-informacao-pegou.shtml). Acesso em: 12.07.2016.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEAL, Fernando. Inclinações pragmáticas no direito administrativo: nova agenda, novos problemas. O caso do PL 349/15. In: LEAL Fernando; MENDONÇA, José Vicente. Transformações do direito administrativo: consequencialismo e estratégias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

MAFRA, Francisco. A Lei de Acesso à Informação no Brasil e no Mundo: princípios e direito de acesso. Disponível em: [\[www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11674\]](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11674). Acesso em: 12.07.2016.

MARTINS, Vinícius Alves portela. Regulação e defesa da concorrência. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MENDEL, Toby. O direito do público a estar informado princípios sobre a legislação de liberdade de informação. Disponível em: [\[www.article19.org/data/files/pdfs/standards/public-right-to-know-portuguese.pdf\]](http://www.article19.org/data/files/pdfs/standards/public-right-to-know-portuguese.pdf). Acesso em: 09.07.2016.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito constitucional econômico: a intervenção do estado na economia à luz da razão pública e do pragmatismo. MG-Belo Horizonte: Editora Forum, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Temistócles de. Transparência, monitoramento e avaliação de programas no Brasil: em busca de opacidades que podem restringir o exercício do controle social. Disponível em: [\[http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/420/414\]](http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/420/414). Acesso em: 12.07.2016.

PEREIRA, Rogério. Orientações gerais sobre restrição de acesso à informação (Lei 12.527/11 (LGL20114603)). Disponível em: [\[https://jus.com.br/artigos/38337/orientacoes-gerais-sobre-restricao-de-acesso-a-informacao-lei-12-527-11\]](https://jus.com.br/artigos/38337/orientacoes-gerais-sobre-restricao-de-acesso-a-informacao-lei-12-527-11). Acesso em: 12.07.2016.

POGREBINSCHI Thamy. Teoria social e política. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2005.

POSNER, Richard. Law, pragmatism and democracy. Cambridge: Harvard University

Press, 2003.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. A segurança jurídica do contribuinte: legalidade, não surpresa e confiança legítima. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

RIOS, Elaine Virgínia Cordeiro Castro. Notas sobre os princípios da publicidade e o acesso a informações. Disponível em: [www.conteudojuridico.com.br/artigo,notas-sobre-o-principio-da-publicidade-e-o-acesso-as-informacoes,51810.html]. Acesso em: 10.07.2016.

XAVIER, Vitor Cesar Silva; CUNHA FILHO, Márcio Camargo. Lei de Acesso à Informação: teoria e prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ISSN 2526-8120

7 | RDAI

outubro / dezembro 2018

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2018-12-30

Como Citar

1.

Martins V, Sanson C. O TRABALHO ADICIONAL COMO EXCEÇÃO AO ACESSO À INFORMAÇÃO E SEU TRATAMENTO PELA CGU: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRAGMATISMO JURÍDICO. RDAI [Internet]. 30dez.2018 [citado 13dez.2020];2(7):139 -163. Available from: <https://rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/136>

Edição

v. 2 n. 7 (2018)

Seção

Artigos

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).